

“TODO DIA EU PENSO: MEU DEUS, ONDE FOI QUE EU ERREI?”: OS DESAFIOS DE SER MÃE NA PERIFERIA

Rosalinda Carneiro de Oliveira Ritti – UFJF

“O choro das mães é sempre algo especial, pois ocorre em situações das mais inusitadas. É sempre, porém, marcado pela profundidade, seja na alegria ou na tristeza; na angústia da ida ou na expectativa da volta. Os filhos as movem.”
Tribuna de Minas – Editorial – 02/12/2012

“O que importa mesmo é [...] encontrarmos algumas respostas para a famosa questão nietzschiana – que estão (os outros) e estamos (nós) fazendo de nós mesmos?”
Alfredo Veiga-Neto (2007, p.11)

Introdução

Michel Foucault, no percurso de seu pensamento, nos oferece condições para desconstruir a ideia moderna de um sujeito centrado, pré-existente ao cultural e ao social, desde sempre presente e que se efetiva na medida em que vai vivendo e sendo educado, como se existisse uma essência a ser desenvolvida; um sujeito em que a razão possibilita conhecer a si mesmo e conhecer o mundo (Veiga-Neto, 2007). Junto a isso, Foucault (1990, 1993, 2005, 2006, 2007, 2008) nos sugere pensar que o sujeito é algo que, não existindo naturalmente ou essencialmente, vai se constituindo a partir de práticas e discursos que circulam em meio a relações de poder, através de ações que se caracterizam como o governo de uns sobre os outros e o governo de alguém sobre si mesmo. Pensar dessa forma, nos leva a uma concepção de sujeito assujeitado, e não soberano, como tanto quis a Modernidade; um sujeito que é constituído a partir de verdades inventadas às quais se submete ou pode resistir, num jogo em que outras verdades podem ser construídas, podendo também entrar em circulação nos processos de subjetivação.

Aproximando-me da perspectiva Pós-estruturalista, dos Estudos de Gênero e dos Estudos Culturais, teorias que sofrem a influência do pensamento foucaultiano e enfatizam a força discursiva na criação das subjetividades, venho problematizar, neste artigo, os discursos e representações produzidos sobre mães de bairros periféricos da cidade de Juiz de Fora. Tomo como fonte de problematizações, artigos produzidos em duas séries de reportagens publicadas no jornal de circulação local *Tribuna de Minas*. A primeira delas, intitulada “Sem limites”, circulou por três dias no mês de agosto, a segunda, “Até Quando?”, circulou em quatro dias de dezembro, ambas no ano de 2012.

As reportagens trazem situações de violência que envolvem adolescentes/jovens dos bairros periféricos em brigas de gangues tanto nos próprios bairros, como no centro da cidade. Tais confrontos têm levado à morte vários adolescentes¹, atingidos principalmente por armas de fogo. Nesse contexto poderíamos partir para várias problematizações: a construção discursiva a respeito dos jovens protagonistas da violência, as políticas públicas de prevenção e enfrentamento da situação, o papel da educação nesse processo, a facilidade de acesso às armas de fogo, entre outras. Faço, porém, o meu recorte em função da pesquisa de doutorado que ora desenvolvo, cujo tema tem como foco a constituição de subjetividades femininas na periferia. A partir desse recorte, é também possível fazer uma relação com algumas situações vivenciadas em minha pesquisa de mestrado, encerrada em agosto de 2010 e que tratou da constituição de subjetividades de adolescentes de periferia destacando o poder e a violência presentes em suas relações, dentre elas, as familiares. Nessa pesquisa, em especial, destacaram-se os adolescentes do sexo masculino integrantes de grupos como esses de que tratam as reportagens. Adolescentes que podem ora estar na mira das armas, ora estar com o dedo no gatilho.

Para organizar a discussão, começo problematizando nas reportagens, a ausência paterna e a sobrecarga e solidão vivenciada pelas mães no drama de terem seus filhos envolvidos nas gangues – brigando, ferindo-se, matando ou morrendo. Num segundo momento, trago questões surgidas na minha pesquisa de mestrado e que dão certa visibilidade às relações dos/as adolescentes com seus pais e mães, trazendo suas representações. Em seguida, unindo imagens e discursos do jornal às falas dos/as adolescentes, penso no que pode provocar e/ou manter as representações de pai e mãe na periferia. Finalizando, abro questões de como a educação pode atuar no sentido de colaborar para a constituição de novas formas de subjetividades que atuem na construção de uma realidade diferente desta em que ainda se constroem muitas desigualdades entre os gêneros.

Começando a problematizar

Traçando um panorama mais generalizado das reportagens, destaco a solidão em que se encontram (ou são colocadas) essas mães. Os pais estão ausentes. Na primeira série, “Sem limites”, a palavra “pai” aparece por sete vezes em situações como, por exemplo: “a presença dos pais na educação”, “os filhos estão o tempo todo testando os pais”, “os filhos

¹ E aqui destacam-se os do sexo masculino. Sendo assim, neste artigo, em algumas vezes usarei apenas o gênero masculino para representar esses jovens, enquanto que, em outros momentos trabalharei fazendo referência aos gêneros masculino e feminino.

tendem a repetir o que os pais fazem”. Essas falas se dão em apenas um dos dias de circulação do jornal (TRIBUNA DE MINAS, 07/08/2012, p. 5)². Destaco um trecho da reportagem para pensarmos.

Psicólogo social, que atuou frente à Vara da Infância nos últimos anos, Michael Moura, é enfático ao afirmar que a presença dos pais na educação é fundamental para evitar o envolvimento das crianças e adolescentes com a violência, e, conseqüentemente, as perdas.

‘Um pai que não é envolvido na educação do filho e uma mãe não presente são tão danosos quanto o crack, já que uma criança ou adolescente sem pai, sem mãe, sem apoio dos órgãos institucionais tende a reproduzir a violência nas relações afetivas.’ (TRIBUNA DE MINAS, 07/08/2012, p.5)

Num primeiro momento, o psicólogo afirma a importância da presença dos pais – pai e mãe – mas, logo em sequência, estabelece que o pai deva ser envolvido, enquanto a mãe, presente. O que é ser envolvido? O que é ser presente? Não poderíamos ler aí uma marcação de funções específicas sustentando o discurso da mãe no lar, cuidando dos filhos, enquanto o pai pode ter outra função qualquer? O termo “envolvido” é de uma amplitude que o termo “presente” não pode abarcar. Estar presente define bem uma posição de sujeito; é estar ali, com o/a filho/a, na casa, no cuidado diário.

Foucault (2005, 2007) nos ajuda a pensar o quanto o cuidado com o outro está articulado ao cuidado de si. Cuidar do outro, implica cuidar de si também; ocupar-se consigo mesmo em um tempo “povoado por exercícios, por tarefas práticas, por atividades diversas [...]”; não constitui um exercício da solidão, mas sim uma verdadeira prática social” (FOUCAULT, 2005, p.56-57). Com Larrosa (2002) vemos o quanto essas práticas sobre si mesmo são contingentes e se dão no entrecruzamento dos discursos que definem verdades sobre os sujeitos. A partir disso, podemos pensar que as teorias, sobre o que é ser mãe, descrevem e normatizam acabando por construir uma “essência” materna universal que precisa ser cumprida a partir dos investimentos que a mulher vai fazendo sobre si mesma. Então, para o cuidado com os/as filhos/as, é necessário que essas mulheres se cuidem, renunciem, invistam em sua construção como a mãe desejada e normatizada por esses discursos.

² Por se tratarem de duas séries de reportagens do mesmo jornal (Tribuna de Minas) realizadas por mais de um/a repórter e com falas de diversas pessoas, usarei como referência das citações, o nome do jornal seguido da data de circulação e página onde se encontram as citações.

Ao lado das sete ocorrências da palavra “pai”, no formato pensado acima, temos treze ocorrências da palavra “mãe”, com sentidos bem específicos envolvendo sentimentos, cuidado e obrigações como:

Ao lado da filha grávida, mãe teme pela vida do filho de 18 anos que está internado (TRIBUNA DE MINAS, 07/08/2012, p.5, destaques meus)

‘Era para estar morta.’ A declaração *da mãe* de uma adolescente da Zona Norte, baleada por conta da rivalidade entre galeras, no início de julho, no Centro, *resume o temor de outras mulheres que estão perdendo os filhos para a violência em Juiz de Fora*. Dando continuidade à série ‘Sem Limites’, a Tribuna procurou respostas para a pergunta: *quais os sentimentos dessas mães?* Medo, culpa, raiva, impotência? Para tentar entender esse universo, *donas de casa, diaristas, empregadas domésticas ganham voz e evidenciam o outro lado dessa guerra urbana*, que vem vitimando meninos e meninas a partir dos 13 anos. (TRIBUNA DE MINAS, 07/08/2012, p.5, destaques meus)

Na tentativa de evitar o pior, *a mãe do jovem de 18 anos baleado* na última semana, na Zona Norte, *chegou a procurar a mãe do suposto atirador* antes da tragédia. "Fui lá para tentar apaziguar a situação, mas não consegui. (TRIBUNA DE MINAS, 07/08/2012, p.5, destaques meus)

Como são grandes de tamanho, *as mães acham que já cresceram*, que são adultos.[...] Na maioria das vezes, *as mães soltam as rédeas* e, quando o filho comete o primeiro ato infracional, *elas tentam de novo puxá-las*. (TRIBUNA DE MINAS, 07/08/2012, p.5, destaques meus)

Pois é a família, em alguns casos, que também incentiva. É comum ouvir de algumas mães: 'Não traz desaforo para casa', relatou a magistrada. (TRIBUNA DE MINAS, 08/08/2012, p.4, destaques meus)

Quando se fala em família, destaca-se a mãe. São elas que estão ao lado dos/as filhos/as. São as que temem, sentem culpa, raiva e impotência. São também elas que “ganham voz” para falar do que tem acontecido nesse clima de “guerra urbana”. São as que tentam entrar em acordo para “apaziguar a situação”, as responsabilizadas por “soltar as rédeas” e tentar “puxá-las” de volta, e, ainda, por ensinar aos/às filhos/as a não levar “desaforo para casa”.

Por que somente as mães são chamadas a falar? Poder falar sobre o que tem acontecido com seus filhos dá a essas mulheres uma posição de sujeito, pois, implica saber o que dizer e em poder dizer. São investidas de certa autoridade, pois não é qualquer pessoa que pode falar sobre qualquer coisa (FOUCAULT, 2009, p.9). E por que são entendidas dessa forma? Os pais não podem dizer nada? Por que são chamadas à responsabilidade pela condução dos filhos? Morar na periferia determina certo tipo de maternidade e paternidade?

Pensar em gênero implica pensar também, as diferentes sociedades e os diferentes contextos em uma mesma sociedade, considerando que “os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos”. (LOURO 2011, p.27). Como será que essas mulheres vão se subjetivando? As reportagens nos dão margem para pensar o quanto elas assumem o cuidado, o sustento e o saber sobre os/as filhos/as no seu processo de subjetivação.

Na segunda série, “Até quando?”, em 15 ocorrências da palavra “mãe”, temos sua figura sendo dita como emocionada, chorosa, sofrida, mas também responsabilizada pelo que vem acontecendo com os filhos e até responsabilizadas por não conseguirem evitar a tragédia e a perda.

Nesse contexto, os repórteres colheram *depoimentos emocionados de mães* de algozes e de vítimas, que explicitaram suas angústias num mesmo sentimento: o de perda. *Umas, pela irreversibilidade da morte; outras, pela incapacidade de segurar a mão do filho, que, de uma certa forma, também comprometeu o próprio futuro.[...] São, em boa parte, mães que fazem o papel também de pai, de provedoras e de educadoras*, num cenário em que elas próprias são vítimas (TRIBUNA DE MINAS, 02/12/2012 – Editorial, p. 2, destaques meus)

As mulheres chegam ao século XXI com grandes conquistas de direitos e igualdade político-social em relação aos homens, conquistas que vêm sendo alcançadas pelos diversos movimentos sociais iniciados na década de 60. Desvincularam-se da ideia de uma natureza necessariamente ligada à maternidade, conquistaram o direito ao corpo e ao prazer sexual, mostraram que podem se autogovernar, desmistificaram sua condição de subalternidade ao masculino, conquistaram o espaço público, o mundo do trabalho, trazendo seu olhar e suas práticas para a construção de um novo mundo (RAGO, 2009). “As mulheres desconstruíram na prática e na teoria as tradicionais associações do feminino com a natureza, a emotividade e a irracionalidade, em oposição ao masculino” (RAGO, 2009, p.36).

Vê-se, no entanto, que nas reportagens, as mães são representadas como portadoras dessas características já há muito questionadas – a fragilidade, a emotividade e o cuidado – mesmo diante de um cenário onde o que fazem exige força e coragem ao assumirem toda a responsabilidade pelos/as filhos/as, inclusive “o papel também de pai [e qual seria esse papel?], de provedoras e de educadoras” como vimos no último excerto de reportagem. E isso, até o limite em que os encontram presos, feridos, mortos, assassinados ou assassinos.

Enquanto isso, nas 12 ocorrências da palavra “pai”, no âmbito da violência trazida pelas reportagens dessa segunda série, a ideia é de ausência. Os pais não aparecem, quer pelo abandono dos/as filhos/as ainda pequenos/as ou mesmo antes de nascerem, quer pela situação de serem presidiários ou quer pela morte prematura diante de uma vida dedicada a atividades criminosas e que agora se repete na vida dos filhos. E na única situação em que houve um pai – na sua efetiva presença – foi para dizer: *“Talvez, se eu estivesse aqui, nada disso teria acontecido. Me arrependo muito.”*³.

Que discursos e representações capturam esse homem? Ao mesmo tempo, por que essas mulheres assumem tantas responsabilidades? Por que num jornal aparecem notícias como: “a mãe, que trabalha em dois empregos, não tinha tempo de andar atrás dele. No dia da festa ela pensou em acompanhar Jefferson, mas estava tão cansada que adormeceu. Acordou de madrugada com um chamado. ‘Corre dona Estela. O Jefinho foi baleado’”? (TRIBUNA DE MINAS, 02/12/2012, p.3). Quem são essas mulheres e, em relação a elas, quem são os pais, os homens?

Os jornais trazem as notícias, mostram as dores das mães, mas não problematizam, não questionam a ausência paterna, como se algo de “natural” pairasse no ar. Como se fosse esse mesmo o destino dessas mulheres. E que destino é esse?

A elas cabem todos os deveres e responsabilidades para com os/as filhos/as, pois, como costume ouvir em relatos das mulheres na periferia, são elas quem engravidam – muitas vezes pela recusa do parceiro em usar o preservativo por se acreditarem isentos, inclusive, disso. Dessa forma, criam seus filhos sem os pais: *“Os dois cresceram longe do pai, que foi preso quando eles eram pequenos”*; querem acertar: *“Não criei meu filho para fazer o que ele fez. Nunca deixei meus meninos jogados. Fiz até o que não podia por eles”*; trabalham em mais de um emprego para que nada lhes falte: *“Querida que ele ficasse arrumadinho. Dava as coisas para ele, para que não mexesse nas dos outros. Nunca deixei faltar nada: roupa, iogurte, biscoito, fruta, chocolate”*; se esforçam para se fazerem presentes: *“Quantas vezes eu deixei o serviço para participar de reunião no programa social”*; acompanham-lhes nos hospitais: *“Ele saiu para essa festa e não voltou. Só está vivo por milagre de Deus, mas, desde então, eu vegeto junto com ele”*; os encontram mortos: *“Ele estava na maca, com os olhos abertos, cheios de sangue, o corpo ainda quente”*; sofrem: *“Essa dor que carrego no peito não vai me deixar”*; choram. No fim de tudo, se decepcionam: *“Mas não adiantou”*; E, ao se darem conta de que todo investimento em si

³ Todas as falas transcritas das reportagens virão em itálico para se diferenciarem de citações.

mesmas para se tornarem as mães desejadas não trouxe o resultado esperado, acabam se culpando e se perguntando: “*Meu Deus, onde foi que eu errei?*”. Suas falas são na primeira pessoa do singular. Estão sós. São as mulheres, mães desses jovens, dos que matam e dos que morrem, carregando o peso de tanta violência.⁴

Apesar de todas as circunstâncias, o ideal de família continua no imaginário das jovens mães. “*Papai, te amo. Descanse em paz*” era a frase escrita na barriga da adolescente grávida de oito meses e que perdeu o namorado de vinte anos, pai do seu bebê, com 5 tiros (TRIBUNA DE MINAS, 02/12/2012, p.3).

A voz dos/as jovens

Ao ler essas reportagens voltei um pouco no tempo, no momento em que me ocupava de minha pesquisa de mestrado. Entre as relações firmadas pelos/as adolescentes com os quais pesquisei uma das que se destacaram foi a relação com a família. Fato interessante foi que, ao se tratar de família, nas falas dos/as adolescentes só houve destaque para pai e mãe. E, sem fugir do que foi trazido pelas reportagens, o pai era o ausente, o violento, o alcólatra, o dependente químico, o presidiário. Em um dos encontros com os/as adolescentes, ao perguntar sobre o que achavam “legal” na figura paterna, obtive como uma das respostas: “*Não, no meu, acho que não tem nada não. Eu nem converso cum meu pai mais![...] Ele num qué sabê de nada não, ué! Ele fica na rua umas cinco noite, chega em casa, dorme duas noite e dois dia e volta pra rua*” (Kauã)⁵. Vejo nessa fala uma presença carregada de ausência. Uma relação construída no silêncio. Um silêncio, no entanto que diz e que produz.

O silêncio nem sempre representa a não comunicação, ele em si pode ser uma forma de dizer, de comunicar algo como, por exemplo, um sofrimento, uma indignação, com enfrentamento, enfim, expressões que dizem a um ‘outro’, que são direcionadas e comunica algo a alguém. O silêncio só existe em relação, na medida em que significamos e lemos o que ele pode estar dizendo. (FERRARI; MARQUES, 2011, p.11-12)

E o que dizem os silêncios dessa relação? O silêncio do pai que fica na rua, chega em casa, dorme e volta para a rua? – Desinteresse? Indiferença? Negação?... – E quanto ao silêncio do filho que não conversa mais com o pai? – Mágoa? Dor? Vergonha? Cansaço?...

⁴ Todas as falas das mães transcritas neste parágrafo estão em TRIBUNA DE MINAS, 02/12/2012, p.3.

⁵ As falas dos/as adolescentes serão apresentadas em itálico para se diferenciarem de citações. Não faço correção nessas falas por entender que elas sejam um aspecto importante em suas subjetividades. Os nomes são fictícios.

Em outros momentos o silêncio se torna barulho e medo:

Igual o meu pai, quando ele, ele usa... direto ele usa droga, [...] agora ele já parô de chegá em casa e fazê essas coisa, mas antes ele ficava cheio de alucinação, ele chegava em casa e pensava que a minha mãe tava cum outro na cama (...) pensava mesmo e queria pegá a faca pra matá... deixava a gente assustado! [...] Por isso que quando eu escuto um baruio eu acordo rápido! Não consigo dormi mais direito como dormia antes não! Um barulhinho, já acordo assustado! Fico olhando pros lado, assim, e vê se tem a possibilidade de acontecê uma coisa dessas. (Kauã)

Outras vezes o silêncio se dava sobre os pais nos encontros da pesquisa, mas silêncios acompanhados de gestos, olhares, posturas, que, juntos, comunicavam sem a necessidade da fala (FERRARI; MARQUES, 2011, p.17).

- Eu: *Alguém mais quer comentar sobre essa questão? A presença do pai... é importante...*
- Stefane: *Eu num moro cum meu pai não!*
- Eu: *Você não mora com seu pai não?*
- Stefane: *Não!*
- Eu: *E o quê que você acha do que esse menino falou aí? (falo a respeito de uma reportagem que foi lida com os/as adolescentes)⁶*
- Laura: *E o pai faz falta, Stefane?*
- Stefane: *Não!*
- Eu: *Faz falta não, Stefane?*
- Stefane: *Não! (silêncio)*
- Eu: *Então você não concorda com o quê o menino falou não?*
- Stefane: *Concordo, mas meu pai num faz falta não!*
- Eu: *Ah! O seu pai não faz falta? (ênfatiso o “seu”)*
- Stefane: *Não!*
- Eu: *Mas pode fazer, pra outra pessoa?*
- Stefane: *Pode! (silêncio)*

Stefane tinha no olhar um desprezo pelo pai, mas também mostrava mágoa na voz e nos gestos, no dar de ombros, no olhar que se perdia... O assunto parecia incômodo, mas seu jeito de tratá-lo indicava uma forma de responder pelo desprezo que também sofria. A falta do pai e o desejo de tê-lo em casa aparece, e justo na fala de Kauã, que sentia tanto medo: *“Fica cum medo de perdê o pai, né? Eu fico! Eu fico cum medo, véio, eu num perdi totalmente não, mas, de 100%, 80% dentro das droga... 20% tem chance ainda!”*. É ele, ainda, que se manifesta dizendo: *“Ah, qualquer filho sente falta de um pai amigo!”*.

⁶ Em minha pesquisa usava textos de diversos tipos, para provocar as conversas com o grupo de adolescentes que se deram em dez encontros chamados de “rodas de leitura” (GARCIA, 2007)

Já quando se tratava da figura materna, a presença se tornava mais efetiva.

- Caio: *A mãe já é diferente!*
- Kauã: *Minha mãe é exemplar! Ela é minha mãe e meu pai ao mesmo tempo!*
- Ricardo: *Minha mãe nunca brigô cum ninguém aqui em cima...*
- Kauã: *Ninguém fala mal da minha mãe, minha mãe... É a mãe que todo filho quê tê!*
- Caio: *Minha mãe só fica em casa, quietinha.*
- Ricardo: *A minha também.*
- Kauã: *A minha tem que trabalhá, né, senão, num rola... só ela que sustenta nós, num tem nem como ela ficá em casa!*

Vemos a mãe assumindo o cuidado com os filhos, sustentando a casa. Enquanto não apareceu nenhuma expectativa dos adolescentes com relação à figura paterna, tal expectativa se dava em vários âmbitos quanto à materna. O desinteresse da mãe pelas atitudes dos/as filhos/as aparece como uma forma de abandono e é motivo de indignação: “*Aí, hein fessora, esse negócio da maconha aqui, esse negócio aqui eu num tenho nada contra não, mas, um troço que arrebenta, que a mãe que num liga... essas coisa... sabe?... é foda, esse negócio*”.(Leandrin). Nessa fala, interfiro, perguntando: “*A mãe não liga para o quê?*” e a resposta de Leandrin, “*Do filho dela usá essas coisa! Num dá o exemplo!*”. As falas, os olhares e expressões de Leandrin mostravam a expectativa pela responsabilidade moral que deve ser assumida pela mãe. Ela deve dar (ser) o exemplo para os/as filhos/as.

Havia algo interessante nas representações dos/as adolescentes em relação aos pais e mães. Embora trouxessem a “realidade” em que se situavam, em que as mães tinham que dar conta de tudo, sem a ajuda do pai em qualquer sentido, eles diferenciavam os papéis, dando ao pai a obrigação de provedor e à mãe o papel de cuidadora. A partir de um texto lido com eles/elas em que havia um padrasto que não gostava de trabalhar enquanto a mãe trabalhava o dia todo, houve a seguinte conversa:

- Kauã: *Eu acho esse padrasto da menina muito safado!* (todos concordam)
- Leandrin: *Eu acho que a mãe dela devia largá ele. Ele num gosta de trabalhá muito e ela fica levando a casa sozinha!*
- Mônica: *Ah! Eu fico bolada! Porque lá em casa é assim!* (ri).
- Eu: *É assim na sua casa, Mônica?*
- Mônica: *É, uai! Meu pai num trabalha não, minha mãe que tem que ralá!*

Ao dizer de seus pais e suas mães, ao dizer também de si, um discurso se sustenta. Vão também se pensando, se praticando dentro daquilo que lhes é possível (LARROSA, 2002). Os/as adolescentes, possivelmente futuros pais e mães, vão se construindo num jogo de verdades, aprendendo a jogar a partir dessas verdades, estabelecendo relações consigo mesmos/as. A ideia de mãe exemplo, cuidadora e provedora vai-se fazendo forte. Mesmo que a ausência paterna seja sentida pelos/as adolescentes, esta já é naturalizada – já se espera esse comportamento de um pai. Mesmo que em algumas vezes se revoltam, porque seus pais não cumprem com seu papel, sabem que a mãe vai abarcá-lo. Isso também, de alguma forma, já se naturalizou. Assim, tais verdades vão se reproduzindo, os discursos circulando, se solidificando e ensinando a ser pai e mãe; funcionando como um dispositivo pedagógico, “lugar no qual se aprendem ou se modificam as relações que o sujeito estabelece consigo mesmo” (LARROSA, 2002, p. 57). Que relações esses/as adolescentes estão estabelecendo consigo mesmos/as? Mesmo sabendo que resistências e rupturas possam acontecer, não podemos negar a força desses discursos e representações, já bastante corriqueiros, no seu processo de subjetivação.

Passo, agora a pensar algumas questões que podem provocar e/ou manter as representações de mãe, e por isso também as de pai, na periferia.

Entre imagens e discursos: as representações

Vimos que o que o jornal nos traz nessas duas séries apresentadas não se diferencia muito daquilo trazido na minha pesquisa. Mães sobrecarregadas, imbuídas de responsabilidades das quais não podem “dar conta” sozinhas, encontram-se solitárias na condução e sustento de seus/suas filhos/as.

Ver as imagens das mães e seus/suas filhos/as nos jornais em situação de dor, violência e morte provoca em mim algo que não acontece por acaso, mas em relação com aquilo que tenho vivenciado. Enquanto muitos as culpam, responsabilizam, sentem pena, medo, eu, de minha parte, vejo como uma situação construída e que precisa ser desconstruída para que outra “realidade” possa acontecer. Talvez, por estar próxima a mães como essas em minhas investigações; talvez por ouvi-las, conhecer um pouco de suas vidas e de seus filhos e filhas, é que eu entenda que ali há uma construção bastante consolidada, de mulheres que se submetem aos seus homens, muitas vezes sendo violentadas, silenciadas, humilhadas e que, em muitos momentos, preferem viver sem eles, assumindo todas as responsabilidades, porque não veem possibilidades e não vislumbram outras expectativas. Situações que vêm se naturalizando no decorrer de muitos anos.

O próprio jornal ajuda a construir e reforçar essa naturalização ao não perguntar pelo pai, ao não problematizar a situação dessas mães; ao não querer saber por que estão sozinhas na luta com e pelos/as seus/suas filhos/as; ao mostrar suas fotos chorando, rezando; ao trazer seu choro como profundos “*seja na alegria ou na tristeza; na angústia da ida ou na expectativa da volta*”, como nos diz a primeira epígrafe deste texto. E ainda, como se não tivessem direito a vida própria, a desejos outros, “*seus filhos as movem*”.

A insistência no uso da palavra “mãe”, colocando-a como a responsável, a que acompanha os/as filhos/as, a que os/as encontra, a que é chamada nos momentos difíceis, está na escrita dos/as repórteres, na fala de profissionais e de autoridades, o que nos possibilita interpretar que estas são representações ainda bastante fortes. Tais representações são percebidas não só nas séries aqui analisadas, mas frequentemente, em jornais, televisão e outros meios de veiculação de notícias dessa natureza. Isso vai criando um ato performativo, repetindo cotidianamente, que é a mulher cuidadora de seus/suas filhos/as, a responsável pela sua educação, que deve ser a melhor possível para a construção de uma sociedade melhor.

A performatividade não é, assim, um “ato singular” pois ela é sempre reiteração de uma norma ou conjunto de normas. E na medida em que ela adquire o status de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição. [...] Na teoria do ato da fala, um ato performativo é aquela prática discursiva que efetua ou produz aquilo que ela nomeia. (BUTLER, 2000, p.167).

Mantendo, porém o foco nas reportagens até então discutidas, podemos perguntar: O que o jornal está trazendo como discurso? Que mães estão construídas ali? Como outras mães estarão olhando os textos e imagens dos jornais? Como estarão se olhando? Que práticas estarão exercendo sobre si mesmas? O que estão os outros fazendo delas e o que estão elas fazendo de si mesmas na tentativa de evitar o choro, o filho no hospital, na cadeia ou na morte violenta?

Foi inevitável, neste texto, falar das mães sem falar dos pais. Os Estudos culturais nos apontam que as identidades se dão sempre em relação. Assim, ao falar da identidade “mulher”, falamos também da identidade “homem”, ambas construídas nos processos histórico, social e cultural. Então, da mesma forma que perguntamos como as mães estão se produzindo, podemos também perguntar: E os homens? Como estarão se produzindo? Será que, de alguma forma, mais solidários na responsabilidade relacionada aos filhos e filhas? Ou estarão se acomodando por saberem que tem alguém que dê “conta do recado”? Será que eles sabem o que se passa? Será que sabem que têm filhos/as?

A performatividade, fortemente marcada pela produção dos sujeitos através das práticas discursivas, vai-se dando de várias maneiras. Meyer (2004, 2005) nos ajuda a pensar o quanto os discursos em torno da maternidade vem tornando essa condição cada vez mais difícil, complexa e abrangente. Desde a concepção do bebê, nos cuidados com o corpo – alimentando-se adequadamente, evitando vícios, procurando exercícios físicos apropriados – e até com os próprios sentimentos, a atenção da mãe deve ser voltada para a criança que está por vir, para o seu bem estar, sua saúde física, emocional e cognitiva. Quando nasce, aparece a importância do aleitamento materno, algo que somente a mãe pode fornecer e o que tem de melhor para o desenvolvimento do bebê até a sua vida adulta. Programas governamentais⁷ vêm atribuindo grande responsabilidade às mães na educação e saúde dos/as filhos/as.

Carin Klein⁸ vai descrevendo como tais afirmações vinculam as mulheres ao exercício de uma dada forma de maternidade através do cumprimento de um conjunto de práticas, tais como ser “fiscal da educação das crianças”, levá-las regularmente aos serviços de saúde, participar de programas educativos e qualificar-se para gerar e administrar a renda familiar, entre outras. Na perspectiva assumida por tais programas, as mulheres precisam tornar-se constituintes e constituidoras dessa trama que promove, protege, cuida e fiscaliza a educação e a saúde das crianças. (MEYER, 2004, p.17)

A partir dessas políticas, dirigidas principalmente às camadas mais pobres e que visavam à construção de uma sociedade mais justa, o sujeito mãe foi sendo posicionado por discursos que atribuíam à mulher a capacidade de se inserir no mercado de trabalho e concomitantemente assumir as atividades domésticas, além de estar atingindo um nível maior de escolarização e ter a qualidade “inata” de priorizar as necessidades dos filhos em detrimento das próprias necessidades (MEYER, 2004, p.17).

Alguns desses programas incorporam, explicitamente, definições mais abertas e progressistas de família e isso resulta, em parte, da mobilização e da crítica de várias/os estudiosas/os e movimentos sociais. Paradoxalmente, no entanto, um dos efeitos de poder dessa incorporação parece ter sido não

⁷ Meyer (2004, p.17) traz o programa Bolsa Escola do governo Fernando Henrique. “O referido programa comprometia-se com a construção de uma sociedade mais justa, a ser moldada através de um conjunto amplo de ações que integravam a chamada Rede de Proteção Social, onde se incluíam, ainda, entre os mais divulgados, o Programa Bolsa-Alimentação, o Auxílio-Gás e os Programas de Geração de Renda. Tais programas, hoje integrados sob a denominação de Bolsa Família, tinham e têm como foco principal o combate à pobreza e à exclusão social, e educação e saúde são posicionadas neles como instâncias centrais para o alcance de tais objetivos”.

⁸ Klein C. “...um cartão [que] mudou a nossa vida?” Maternidades veiculadas e instituídas no Programa Nacional Bolsa Escola. [dissertação de mestrado em Educação]. Porto Alegre (RS): Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2003. 151f.

só a ‘naturalização’ da ausência do homem-pai nos núcleos familiares mais pobres, mas, sobretudo, sua ‘des-responsabilização’ pela vida dessas crianças, e isso tem se traduzido em dois movimentos distintos: por um lado, no posicionamento do Estado no lugar de autoridade conferido ao pai na família mononuclear moderna; por outro, na sobreposição de uma parte significativa dos deveres até então definidos como ‘paternos’, sobretudo aqueles vinculados ao provimento do lar, aos já consagrados ‘deveres maternos’. (MEYER, 2004, p.17)

Outros estudos também apresentam a sobrecarga que a mulher vem sofrendo, mesmo diante do que já se tem de conquistas.

Se a situação da mulher brasileira melhorou muito nas últimas décadas, também cresceram enormemente seus encargos e atribuições, com a duplicação da jornada de trabalho e o aumento das pressões por excelentes resultados em seu desempenho profissional, intelectual e pessoal, muito acima do que se exige dos homens. Chefes de família, mães, trabalhadoras, estudantes ou desempregadas, as mulheres substituem os homens também ao se tornarem provedoras do lar, ao mesmo tempo que devem se responsabilizar pelo próprio organismo ou por sua gravidez. (RAGO, 2009, p.39)

Tudo isso nos leva a pensar a situação das mães divulgadas nas reportagens do jornal Tribuna de Minas como uma reiteração de construções sociais antigas que tinham a mulher vinculada à procriação, ao cuidado da casa, do marido e dos/as filhos/as e que vêm sendo reforçadas por programas governamentais que mantêm a centralidade dessas funções à mulher que, agora, precisa também cuidar do sustento da casa. Os homens, ausentes nas reportagens, nas falas de profissionais, de autoridades, assim como nas falas dos/as adolescentes da minha pesquisa, são também ausentes nesses programas do governo.

Por tudo isso, podemos dizer que, por mais que os movimentos sociais venham lutando por conquistas de direitos para a mulher, situações de maior igualdade, menos violência, maior respeito e atendimento às demandas femininas, a sociedade ainda se mantém arraigada a valores antigos, que situam a mulher – e principalmente a mulher pobre – no âmbito doméstico, mesmo que a este se some a inserção no mercado de trabalho. Assim, responsabilizam-na pelo destino dos/as filhos/as, de tal forma que, quando alguma coisa sai “errada”, é a ela que cabe a pergunta: “*Meu Deus, onde foi que eu errei?*”.

Finalizando, mas entendendo que é preciso continuar

Para finalizar, lembro de que estamos discutindo um contexto específico: mães de adolescentes que praticam e sofrem violência; pessoas que habitam as periferias da cidade

de Juiz de Fora, lugares estigmatizados a partir também de discursos e representações que os diferenciam, os marcam, marcando também aqueles que neles residem. Parto, também, do meu olhar subjetivo. Portanto, crio aqui uma visão particular que não pretende ser nada além de problematizações e possibilidades de se pensar uma “realidade” que se faz.

Importante ainda é frisar que não foi objetivo deste texto construir respostas e soluções, mas abrir questionamentos, trazer como problema histórico, cultural e social o que parece natural.

Como nós, educadoras/es, pesquisadoras/es, podemos juntas/os, construir caminhos que nos ajudem a amenizar a violência que se dá com esses/essas jovens e com essas mães? Como lutar por políticas públicas que atuem nesse sentido? Como mudar esses discursos e representações tão intensificados em nossa sociedade? Quais são os limites e as possibilidades da escola na constituição de outras subjetividades que ajudem na transformação desse cenário? Como podemos trazer tais questões para serem problematizadas em nossas aulas, em nossas reuniões de professores e professoras, de mães e pais?

Considero que a

[...] educação envolve o conjunto de processos através do qual indivíduos são transformados ou se transformam sujeitos de uma cultura, [e que] Tornar-se sujeito de uma cultura envolve um conjunto de forças e de processos de aprendizagem que hoje deriva de uma infinidade de instituições e ‘lugares pedagógicos’ para além da família, da Igreja e da escola e engloba uma ampla e variada gama de processos educativos, incluindo aqueles que são chamados em outras teorizações de ‘socialização’ (MEYER, 2012, p.52)

Nesse sentido, como a escola pode se unir e/ou se direcionar a outros órgãos públicos como conselhos tutelares, varas da infância e juventude, setores de saúde e até mesmo a polícia para tratar essas questões com maior atenção? Poderia se unir a organizações não governamentais? Seria possível que essas instâncias reunidas pudessem ajudar a “produzir novas formas de subjetividade” (FOUCAULT, 1993, p.239), ao pensar em políticas de socialização de homens e mulheres que os/as ajudassem a “ver-se de outro modo, dizer-se de outra maneira, julgar-se diferentemente, atuar sobre si mesmos[/as] de outra forma” (LARROSA, 2004, p. 84), que os/as tornassem mais solidários quando resolvessem assumir paternidades e maternidades? E ainda, que desconstruíssem o “ser mãe” como inerente a uma “natureza” feminina?

Questões difíceis, eu sei, mas que precisam perambular por nossas pesquisas, por nossas reflexões, por nossas vidas, pois em meio a tudo isso, subjetividades estão se

constituindo. Concordar com o pensamento foucaultiano, com a contingência dos sujeitos, com uma realidade não dada, mas construída, é também acreditar em possibilidades de mudança, de novas construções. E o pensar em mudanças começa com o questionar, com o problematizar a fim de criarmos estratégias para o agir.

Fiquemos, então, com as questões. E que elas não morram como nossos jovens tão violentamente produzidos por esta sociedade que ajudamos a construir e que precisa, urgentemente, de nossa ação para que possa se transformar.

Referências

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. 2 ed. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2000, p.151-172.

FERRARI, Anderson; MARQUES, Luciana Pacheco. *Silêncios e educação*. In: _____. *Silêncios e educação*, Juiz de Fora-MG: UFJF, 2011, p.9-26

FOUCAULT, Michel. *Tecnologias del yo*. In: _____. *Tecnologias del yo y otros textos afines*. Trad. Mercedes Allendesalazar.. Barcelona: Paidós Ibérica, 1990, p. 45-94.

_____. *O sujeito e o poder*. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993. p. 231-249.

_____. *História da Sexualidade III: o cuidado de si*. Trad. Maria Tereza da Costa Albuquerque. Rev J. A. Guilhon Albuquerque. 8 ed. São Paulo – SP : Graal, 2005.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 17 ed. São Paulo – SP: Graal, 2006.

_____. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. Trad. Maria Tereza da Costa Albuquerque. Rev. J. A. Guilhon Albuquerque. 12 ed. São Paulo – SP: Graal, 2007.

_____. *Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramallete. 35 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19 ed. São Paulo-SP: Loyola, 2009.

GARCIA, Pedro Benjamim. *Literatura e identidade: rodas de leitura com jovens afrodescendentes inspiradas nos Griôs*. Projeto apresentado à CNPq, 2007 (em execução de março/2008 a fevereiro/2011)

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. 5 ed. Petrópolis – RJ : Vozes, 2002. p. 35-86.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. 12 ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011.

MEYER, Dagmar Estermann. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília-DF, v.57, n.1, p.13- 18, jan/fev. 2004.

_____. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. *Gênero*, Niterói-RJ, v. 6, n. 1, p. 81-104, 2. sem. 2005.

_____. Abordagem pós-estruturalista de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar; PARAÍSO, Marlucy Alves. *Metodologias de Pesquisa Pós-Críticas em Educação*. Belo Horizonte-MG: Mazza, 2012, p. 47-61.

RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI: ou carta de alforria. In: VENTURI Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. 1. reimp. São Paulo – SP : 2009, p. 31-42.

TRIBUNA DE MINAS. Juiz de Fora. Série “Sem limites”. Por Renata Brum. 5, 7 e 8.ago.2012.

TRIBUNA DE MINAS. Juiz de Fora. Série “Até quando?”. Por Daniela Arbex; Renata Brum; Marcos Araujo. 2, 4, 5 e 6.dez.2012.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. 2 ed. Belo Horizonte – MG: Autêntica, 2007.